

## **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

### **REQUERIMENTO N° ,DE 2019 (Do SR. Zeca Dirceu )**

Requer a realização de Audiência Pública para debater sobre as Políticas Educacionais com prioridade de Estado.

Senhor Presidente,

Venho requerer a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvido o Plenário dessa comissão, a realização de Audiência Pública para debater sobre as Políticas Educacionais como prioridade de Estado, com a sugestão de convidar o Observatório da Educação Brasileira , composto pelos ex-ministros da Educação:

- José Goldemberg ( 1991-1992)
- Murílio Hingel (1992-1995)
- Cristovam Buarque (2003-2004)
- Fernando Haddad (2005-2012)
- Aloizio Mercadante (2012-2014 e 2015-2016)
- Renato Janine Ribeiro (2015)

### **JUSTIFICAÇÃO**

O Observatório, que será sediado no Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, composto por ex-ministros de diferentes governos tem como objetivo se reunir regularmente para debater as políticas públicas para o setor, bem como os rumos da educação no Brasil.

Educação deve ser política de Estado e é crucial para o desenvolvimento social e estratégico da economia do Brasil. Em que pesem as saudáveis divergências, as políticas públicas implementadas não podem ser objeto de desmonte e nem o abandono dos planos construídos pela cooperação entre os entes eleitos e a sociedade , muito menos destruição de conquistas que permitiram avançar no fortalecimento da educação infantil, universalização do ensino fundamental, retomada da educação técnica e profissional, alfabetização na idade certa, aumento das matrículas em todos os níveis, expansão da pós-graduação, mestrado e doutorado. A educação é uma conquista única que deve ser melhorada e aprimorada.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi um marco fundamental para a política de fortalecimento da educação básica, valorização do magistério público e expansão dos investimentos em educação. O fundo se tornou uma garantia de financiamento para a ampliação do acesso escolar na educação básica, com destaque para a expansão na educação infantil, etapa que não era contemplada no Fundef, além do ensino médio. Como o período de vigência do Fundeb se encerra em 2020, estamos diante de dois grandes desafios: garantir a perenidade do fundo e promover o seu aperfeiçoamento, em sintonia com as metas inscritas no Plano Nacional de Educação (PNE).

Os trabalhos da Comissão da Educação exigem um amplo debate com especialistas e entidades representativas, principalmente para que os parlamentares tenham condições de fazer um diálogo com responsabilidade e contribuir para o aperfeiçoamento sem causar prejuízos à Educação Nacional.

Ante o exposto, solicito o apoioamento dos demais membros desta para aprovação do requerimento que ora apresento.

Nestes termos, pede deferimento.

Sala das comissões, 11 de junho de 2019.

**ZECA DIRCEU**  
Deputado Federal PT/PR